



Nova Lei das Teles segue para sanção presidencial

Acordo para aprovação foi firmado depois de o governo anunciar políticas públicas para aplicar os recursos prioritariamente no Norte e Nordeste

O Plenário aprovou ontem projeto que altera o regime de concessão de telecomunicações, permitindo a migração das atuais concessões para o regime de autorização, em troca de investimentos na expansão da banda larga. O texto também transfere a infraestrutura de telecomunicações da União para as concessionárias que exploram o serviço desde a privatização do setor, em 1998. O projeto foi aprovado pela manhã na Comissão de Ciência e Tecnologia, com relatório da senadora Daniella Ribeiro, e segue agora para sanção presidencial. **3**



Roque de Sá/Agência Senado

Vanderlan Cardoso, presidente da CCT, e Daniella Ribeiro, relatora, na mesa com presidente do Senado, Davi Alcolumbre

PEC da Reforma da Previdência será votada em primeiro turno no dia 24

O presidente do Senado, Davi Alcolumbre, informou ontem que, por acordo entre os líderes, serão observados os prazos regimentais para a votação da PEC da Reforma da Previdência. Com isso, o primeiro turno está marcado para o dia 24 e o segundo deve ocorrer entre 3 e 10 de outubro. Ontem, a presidente da Comissão de Constituição e Justiça, Simone Tebet, disse que as emendas supressivas feitas no texto pelo relator, Tasso Jereissati, não alteram o mérito da proposta. Assim, a PEC não precisa voltar para a Câmara dos Deputados. **5**

Campanha mundial tenta reverter imagem do país

A Secretaria de Publicidade da Presidência da República apresentou ontem no Senado detalhes da estratégia de uma campanha de comunicação mundial que pretende melhorar a imagem do Brasil no exterior, arranhada por causa das queimadas na Amazônia. A campanha, que começa na próxima semana, chama-se "Brazil by Brasil", terá como foco o agronegócio e o meio ambiente e peças para redes sociais, TV e rádio nos Estados Unidos e Europa. **7**



Edilson Rodrigues/Agência Senado

Soraya preside a Comissão de Agricultura, onde foi apresentada a campanha

Empresa que causar desastre ambiental pode pagar INSS

A Comissão de Assuntos Sociais aprovou projeto que obriga empresas responsáveis por desastres ambientais a assumir o pagamento das contribuições previdenciárias de falecidos ou impedidos de trabalhar em razão do acidente. O texto segue para análise da Câmara dos Deputados.

Autor do texto, o senador Paulo Paim argumenta que as tragédias de Brumadinho e Mariana, em Minas Gerais, não afetaram apenas os funcionários da Vale, mas também um contingente expressivo de pessoas, que ficaram impedidas de manter sua renda e seus recolhimentos previdenciários. **5**

Marcos Oliveira/Agência Senado



Grupo de dança Marabaixo se apresenta no Plenário do Senado durante sessão especial para homenagear o Amapá

Sessão especial destaca cultura, povo e história do Amapá

Em sessão especial para marcar os 76 anos de criação do território federal do Amapá, o presidente do Senado, Davi Alcolumbre, e os senadores Randolfe Rodrigues e Lucas Barreto destacaram a coragem do povo da região, a história e a cultura amapaense, fortemente influenciada pelos indígenas. O prefeito de Macapá, Clécio Luis, agradeceu a homenagem. **2**

Plenário aprova indicados para Conselhos do MP e da Justiça **3**

Proteção aos idosos poderá ter leis feitas por União e estados **6**

Audiência aponta riscos e vantagens de fracionar gás de cozinha **6**

Marcos Oliveira/Agência Senado



Davi Alcolumbre (C) presidiu a homenagem, que contou com apresentação de grupo de dança do seu estado

Sessão especial comemora história do povo do Amapá

Para Davi Alcolumbre, o amapaense se destaca pela coragem e pela resiliência diante das dificuldades. Senadores Randolfe Rodrigues e Lucas Barreto lembraram a influência indígena e a cultura da região

EM SESSÃO ESPECIAL ontem para homenagear os 76 anos de criação do Território Federal do Amapá, o presidente do Senado, Davi Alcolumbre, disse que os amapaenses são um povo de coragem e resiliência diante das dificuldades.

— Confesso que, na qualidade de presidente do Senado, é um momento muito emocionante. Agradeço o carinho, a atenção, o apoio de todos os amapaenses que hoje tomam conta do Senado para apresentar ao Brasil, nesta sessão, esse estado rico e que precisa do apoio incondicional de todos os atores nesta caminhada.

Marcada por apresentações culturais típicas — como a dança do Grupo de Marabaixo e a execução do Hino Nacional e do Hino do Amapá pela cantora Silmara Lobato, o violonista Taronga e os tocadores de caixa Nena Silva e Mario Neilton —, a sessão teve discursos dos demais senadores do estado, Randolfe Rodrigues

(Rede) e Lucas Barreto (PSD), e de outros parlamentares.

Referindo-se a Davi Alcolumbre, Randolfe disse ser uma honra ter a sessão presidida por um amapaense. Ele narrou a história do Amapá, que descreveu como “um dos lugares mais lindos da Terra”. O líder do bloco parlamentar Senado Independente falou da ocupação indígena, de onde se origina o nome Amapá (em tupi, “lugar da chuva”, e em oiampi, “lugar onde a terra acaba”), e da ocupação europeia. Randolfe citou um livro que o Conselho Editorial do Senado lançou ontem sobre os selos postais da República do Cunani, proclamada no século 19 no Amapá.

— Os selos são uma prova material da existência de uma república independente naquele rincão — disse.

Lucas Barreto descreveu as riquezas naturais do Amapá, que abriga cinco biomas e é o estado mais preservado do

país, com ainda 97% de suas florestas primárias. Lucas criticou a exploração dos recursos naturais — como a construção de hidrelétricas, a pesca e a extração de petróleo — sem o retorno devido em recursos para o estado.

— O Amapá tem que ser visto com outros olhos. Não é porque estamos lá do outro lado do Amazonas, não. Lá há gente. A Amazônia não é só natureza. Ela é cultura, há gente, mora gente lá que precisa sobreviver.

Visibilidade

O prefeito de Macapá, Clécio Luis, agradeceu ao presidente do Senado e a Randolfe Rodrigues e Lucas Barreto pelo espaço dedicado ao Amapá no Senado. Segundo ele, a sessão especial e a exposição de artistas plásticos amapaenses, inaugurada na terça-feira no Espaço Ivandro Cunha Lima e Senado Galeria, ajudam a dar visibilidade ao estado.

Nova CPMF não terá apoio da sociedade, alerta Plínio Valério

Plínio Valério (PSDB-AM) afirmou ontem que a intenção de recriar a CPMF anunciada pela equipe econômica chefiada por Paulo Guedes, não terá apoio da sociedade. Para Plínio, a volta desse tributo vai impor ainda mais sacrifícios à população brasileira, que já carrega uma das mais injustas cargas tributárias do mundo. O senador lembrou que em 2007 o Senado derrubou esse imposto, que vigorava desde 1997, para arrecadar recursos para a saúde, fato que, na prática, segundo ele, nunca ocorreu. A arrecadação era destinada ao Tesouro, disse.



Waldemir Barreto/Agência Senado

Reguffe anuncia em Plenário filiação ao Podemos

O senador Reguffe (Sem partido-DF) anunciou ontem em Plenário que aceitará o convite para se filiar ao Podemos. Ele afirmou que a decisão foi tomada após o partido prometer “total liberdade de voz e voto”. Reguffe disse que continuará defendendo a aprovação da proposta que permite de candidaturas avulsas, independentemente de filiação partidária.

— Estou me filiando ao Podemos e vou continuar agindo como sempre agi nos meus mandatos, com independência, defendendo valores e princípios que me trouxeram para a política.



Waldemir Barreto/Agência Senado

Otto Alencar destaca redução de assaltos a bancos

Otto Alencar (PSD-BA) destacou em Plenário a redução nos assaltos a banco no país, especialmente, segundo ele, após a aprovação de uma modificação no Código Penal. Proposta por ele, a mudança deu origem à Lei 13.654, de 2018, que aumenta a punição para os autores desse tipo de crime. A pena, que era de um a quatro anos de prisão, passou a ser de quatro a dez anos, ressaltou. Ele explicou que a nova norma também obriga os bancos a colocarem dispositivos nos caixas eletrônicos para tingir, danificar ou cortar as cédulas em caso de assalto.



Waldemir Barreto/Agência Senado

Senado recebe indicação de Aras a procurador-geral da República

O Senado recebeu ontem a mensagem presidencial com a indicação do nome de Augusto Aras para o cargo de procurador-geral da República. A MSF 53/2019 segue para a Comissão de Constituição e Justiça (CCJ), onde será votada após a sabatina do candidato. O relator da indicação é o senador Eduardo Braga (MDB-AM).

A indicação precisa passar pela CCJ e depois ser aprovada em Plenário, em votação secreta, com voto favorável de pelo menos 41 senadores. Se for aceito pelo Senado, Aras assumirá um mandato de dois anos à frente do Ministério Público, para o qual poderá ser reconduzido uma vez.

Aras é atualmente um dos 23 subprocuradores-gerais da República, que representam o Ministério Público Federal (MPF) perante os tribunais superiores. Ele ingressou no MPF em 1987. É especialista em direito eleitoral e econômico, já atuou junto ao Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade) e integrou a comissão de juris-

tas que trabalhou na reforma eleitoral de 2009 (Lei 12.034). Foi corregedor-auxiliar do Ministério Público e é professor universitário. Ele substituirá a atual procuradora-geral, Raquel Dodge, cujo mandato termina no dia 17 deste mês.

A indicação de Aras a procurador-geral marca a primeira vez, desde 2001, em que o presidente da República escolhe um nome que não estava entre os candidatos da lista tríplice formada a partir de eleições internas do órgão.

Cade

O Plenário também recebeu indicações para o Conselho de Defesa Econômica (Cade). O atual procurador-chefe do órgão, Walter de Agra Júnior, foi indicado para recondução, assim como o superintendente-geral, Alexandre Cordeiro Macedo. Outros quatro nomes estão indicados a posições de conselheiros do Cade: Lenisa Rodrigues Prado, Sérgio Costa Ravagnani, Luiz Augusto Azevedo Hoffmann e Luiz Henrique Bertolino Braido.

Votação de projeto sobre TV paga é novamente adiada

A Comissão de Ciência e Tecnologia (CCT) adiou ontem a votação do projeto que altera regras da televisão por assinatura. O PL 3.832/2019 permite que distribuidoras de canais por assinatura também possam produzir conteúdo audiovisual.

Pedido de vista já havia adiado a votação no dia 4, mas senadores pediram mais tempo ao presidente

da CCT, Vanderlan Cardoso (PP-GO), para buscar um consenso. O projeto acaba com as restrições à propriedade cruzada entre as prestadoras de serviços de telecomunicações de interesse coletivo, as concessionárias e permissionárias de serviços de rádio e TV, e as produtoras e programadoras do Serviço de Acesso Condicionado (SeAC).

AGENDA

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço: <http://bit.ly/atividadeLegislativa>



- CDH Cadastro de Desaparecidos**
9h Análise do PLS 44/2016, sobre divulgação de cadastro de desaparecidos. Às 14h, debate sobre reforma da Previdência.
- GMA Mudança do Clima**
10h Avaliação da Política Nacional de Mudança do Clima (PNMC).
- CMO Reestruturação da Receita**
10h Debate sobre reestruturação da Secretaria da Receita Federal.
- CRE Sabatina**
10h Avaliação de indicados para a embaixada na Guiana e para representar o Brasil junto à ONU. Depois, leitura de relatórios.

- CTFC Extintor de incêndio em veículo**
10h Debate sobre o PLC 159/2017, que obriga o uso de extintor de incêndio em veículos.
- PLENÁRIO Sessão especial**
10h Sessão para comemorar os 75 anos da Confederação Nacional dos Estabelecimentos de Ensino (Confenen).
- PLENÁRIO Sessão de discussão**
14h Segunda sessão de discussão das PECs 6/2019 e 133/2019 (reforma da Previdência e PEC paralela).
- PLENÁRIO Sessão especial**
15h Sessão para comemorar os aniversários de Juscelino Kubitschek e do Memorial JK.

Previsão atualizada às 18h de ontem pela Secretaria-Geral da Mesa e Secretaria de Comissões

SESSÃO ON-LINE

Confira a íntegra das sessões no **Plenário**: <http://bit.ly/integraPlenario>

Confira a íntegra das sessões nas **comissões**: <http://bit.ly/integraComissoes>

Aprovada no Senado, Lei das Teles vai a sanção

Alteração no regime de concessão de telecomunicações foi acolhida após governo antecipar políticas públicas que orientam a aplicação de recursos e priorizam Norte e Nordeste

O PLENÁRIO DO Senado aprovou ontem o projeto de lei que altera o regime de concessão de telecomunicações. O PLC 79/2016 atualiza a legislação que regulamenta o setor (Lei 9.472, de 1997) e permite a migração das atuais concessões para o regime de autorização, em troca de investimentos das empresas na expansão da banda larga. O texto vai à sanção presidencial.

O projeto foi aprovado pela manhã na Comissão de Ciência e Tecnologia (CCT), com relatório da senadora Daniella Ribeiro (PP-PB), e chegou ao Plenário com urgência. Sua aprovação foi fruto de um acordo firmado depois que o líder do governo, Fernando Bezerra Coelho (MDB-PE), antecipou a elaboração de políticas públicas para orientar a aplicação dos recursos com prioridade no Norte e no Nordeste.

Diferente do contrato de concessão, que exige licitação e não pode ser rompido unilateralmente, a autorização dispensa a concorrência pública, mas pode ser revogada a qualquer tempo pelo poder público. Com o novo texto, as empresas concessionárias poderão solicitar à Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel) a mudança de regime. Em contrapartida, as empresas devem investir na expansão dos serviços e banda larga no país.

A proposta também transfere a infraestrutura de telecomunicações da União para as concessionárias que exploram o serviço desde a privatização do setor, em 1998. Para Daniella, o país agora pode vislumbrar a universalização da internet rápida.

— Estamos criando as condições para que o povo brasileiro esteja pronto para a revolução 5G que desponta, com forte impacto econômico e social.

O presidente do Senado, Davi Alcol-



Daniella Ribeiro, José Serra e Davi Alcolumbre em Plenário durante votação da nova Lei das Teles

lumbre, destacou que o texto está de acordo com as práticas atuais e permitirá a modernização de hospitais e escolas nos “rincões” do país.

A votação em Plenário foi conduzida pelo presidente da CCT, Vanderlan Cardoso (PP-GO).

Prazos

O projeto mantém os prazos remanescentes das autorizações de uso do espectro de radiofrequências, detidas pelas concessionárias. O valor econômico associado à adaptação deverá ser revertido em compromissos de investimento para a implantação de infraestrutura de alta capacidade de transmissão de dados. O texto também permite que o prazo da concessão seja prorrogado por períodos de até 20 anos.

O segundo conjunto de alterações promovido pelo projeto prevê a transferência da autorização de uso de radiofrequências entre prestadores de serviços de telecomunicações. A transferência dependerá de anuência da Anatel. Essa mudança leva à criação de um mercado privado de revenda

das autorizações, o chamado mercado secundário de espectro. O terceiro bloco de mudanças permite que o atual prazo de exploração de satélite brasileiro, de 15 anos, seja renovado por vezes sucessivas. O dispositivo elimina a necessidade de licitação para a obtenção do direito de exploração de satélite, que passará a ser conferido mediante processo administrativo organizado pela Anatel. O pagamento por esse direito poderá ser convertido em compromissos de investimento.

Abstenções

Os senadores Randolfe Rodrigues (Rede-AP) e Fabiano Contarato (Rede-ES) criticaram a pressa na aprovação da proposta e se abstiveram na votação. Eliziane Gama (Cidadania-MA) disse que os senadores não têm uma medida dos impactos regulatório e financeiro da nova lei e deveriam ter debatido mais.

Otto Alencar (PSD-BA) mencionou uma auditoria do Tribunal de Contas da União (TCU) que, no seu entender, assegura que o texto é responsável com o patrimônio público.

Após obstrução, Senado adia votação de projeto que altera regras eleitorais

Diante dos apelos de vários senadores, que chegaram a entrar em obstrução, Davi Alcolumbre cancelou a votação do PL 5.029/2019, que altera regras eleitorais. A proposta deve voltar à pauta na semana que vem, após a análise pela CCJ, segundo acordo entre os líderes partidários.

O texto prevê exceções ao limite de gastos de campanhas, destina recursos do Fundo Partidário, define critérios para análise de inelegibilidade e autoriza o retorno da propaganda partidária semestral. O ponto mais polêmico é a brecha para que seja aumentado o montante do Fundo Eleitoral, que financia campanhas políticas.

A proposta foi aprovada na Câmara dos Deputados há uma semana, mas só foi numerado ontem no Senado. Randolfe Rodrigues (Rede-AP), Major Olimpio (PSL-SP), Alvaro Dias (Podemos-PR), Alessandro Vieira (Cidadania-SE), Leila Barros (PSB-DF), Eduardo Girão (Podemos-CE) e outros senadores reclamaram do pouco tempo para analisar o projeto e pediram o cancelamento da votação. Eduardo Gomes (MDB-TO) defendeu a votação, mas o relator, Weverton (PDT-MA), acabou concordando com o adiamento.

Davi Alcolumbre se manifesta contra a criação de nova CPMF

O presidente do Senado, Davi Alcolumbre, afirmou ontem ser contrário à criação de um imposto sobre transações financeiras, parecido com a antiga CPMF.

— Na minha biografia política, sempre trabalhei contra a elevação de impostos e tributos na vida das pessoas. Os brasileiros já pagaram muitas contribuições e impostos — declarou Davi, lembrando que votou contra a prorrogação da CPMF, em 2007, quando a proposta foi extinta pela Câmara dos Deputados.

O novo imposto pode se incluído na proposta de reforma tributária que o governo encaminhará em breve ao Congresso Nacional. O presidente do Senado disse estar escutando as manifestações dos setores do governo favoráveis à nova contribuição, mas reconheceu que um novo imposto “não é possível para os brasileiros”.

Receita Federal

Sobre o secretário da Receita Federal, o presidente do Senado afirmou que a exoneração de Marcos Cintra não deve atrapalhar as discussões acerca da reforma tributária. Segundo ele, o

Senado tem interlocução direta sobre a reforma tributária com o ministro da Economia, Paulo Guedes, como tinha com Marcos Cintra.

— Senado vai esperar o próximo interlocutor para construirmos um texto de consenso — explicou.

Para o presidente do Senado, a saída de Cintra, devido à discussão de uma possível volta da CPMF, mostra “que os brasileiros não aguentam mais pagar impostos”.

Pacto federativo

Davi anunciou ainda que a PEC 61/2015, que permite a transferência direta de recursos federais para estados e municípios, por meio de emendas parlamentares individuais ao Orçamento da União, vai começar a ser discutida pelos deputados. Para Davi, essa PEC foi uma conquista do Senado Federal, onde foi aprovada em abril.

— É uma conquista de uma Casa que tem se debruçado em cima das pautas municipalistas. Não tenho dúvida de que teremos um grande avanço na aprovação de mais uma emenda constitucional que cumpre o tão sonhado pacto federativo.

Plenário aprova nomes para conselhos do MP e da Justiça

O Plenário aprovou ontem indicados para participar de conselhos da Justiça e do Ministério Público. Foram aprovados para participar do Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP) os nomes de Sílvio Roberto de Amorim Junior, Sebastião Caixeta, Oswaldo Lima Neto e Rinaldo Reis Lima.

Para integrar o Conselho Nacional de Justiça (CNJ), foram aprovados os nomes de Ivana Farina Pena e Marcos Vinícius Jardim Rodrigues.

Mais cedo, a Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) aprovou as indicações de Luiz Fernando Keppen e de Mário Augusto Guerreiro para o Conselho Nacional de Justiça (CNJ) no biênio 2019-2021. Os dois magistrados foram sabatinados pelos senadores antes de terem os nomes aprovados. As indicações seguiram para análise de Plenário.

O desembargador do Tribunal de Justiça do Paraná Luiz Fernando Tomasi Keppen foi indicado para o CNJ na vaga do Supremo Tribunal Federal (STF). Keppen defendeu novas formas de mediação para diminuir o número de processos judiciais no país.

— Em um país que tem mais de 90

milhões de processos correndo na Justiça, há a necessidade de enfrentarmos essa situação. Nada melhor do que termos alternativas à resolução tradicional e, por isso, me empenharei ao máximo para que a mediação e a conciliação possam vir a ser implantadas.

Segundo sabatinado, o juiz Mário Augusto Guerreiro também foi indicado para o CNJ pelo STF. Juiz auxiliar da presidência do CNJ, ele afirmou aos senadores que um dos focos de sua atuação será a área penitenciária.

— Acho que temos muito a fazer. O processo de execução eletrônico tem que ser ampliado. Temos de ter também a biometria dos presos sendo ampliada. Temos que ter mais políticas para os egressos, políticas de inclusão social dos egressos do sistema prisional.

O Conselho Nacional de Justiça é composto por 15 integrantes com mandato de dois anos. A senadora Simone Tebet (MDB-MS), presidente da CCJ, destacou o papel do entidade para a qualidade do judiciário brasileiro.

— Esse é um órgão que controla o Poder que nos controla. Esse é um órgão de controle interno do Judiciário.

Segurança em bancos poderá ter regras da União

A CCJ aprovou ontem proposta que retira de estados e municípios a prerrogativa de normatizar o setor. Autor do texto, que segue ao Plenário, Davi diz que objetivo é aumentar segurança

AS REGRAS PARA segurança bancária e o transporte de valores deverão seguir determinações constitucionais e normas da legislação federal. Foi o que decidiu ontem a Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) ao aprovar a PEC 8/2018. O texto segue para o Plenário.

Pela proposta de emenda à Constituição, de Davi Alcolumbre (DEM-AP), somente a União poderá definir as regras de segurança das instituições financeiras e do transporte de valores, assim como regulamentar serviços, funcionamento e segurança dos estabelecimentos bancários.

A PEC atende a uma reivindicação da Federação Brasileira de Bancos (Febraban), com apoio do Sindicato dos Bancários. Segundo eles, o emaranhado de regras distintas nos estados e municípios acaba enfraquecendo a segurança bancária.

Com a federalização, normas como uso de vidros blindados nas fachadas das agências, presença de vigilantes no autoatendimento após o expediente bancário, proibição de uso de celulares e outros temas, hoje com regras distintas em cada município, serão uniformizadas.

Para Davi, a federalização “permitirá que o tema seja tratado com mais racionalidade, facilitando a padronização de produtos, serviços, rotinas, processos, instalações e equipamentos aptos a produzir efeitos concretos, com um mínimo de falhas e impactos negativos”.

Ataques crescentes

Segundo o relator, senador Major Olímpio (PSL-SP), a falta de previsão constitucional atribuindo competência privativa à União para legislar sobre segurança bancária levou à criação desse emaranhado de leis estaduais e municipais sobre o tema.

“Embora tenhamos um grande número de leis, a segurança não vem aumentando; ao contrário, temos visto grande número de ataques a bancos, carros-fortes e caixas eletrônicos”, observa no relatório.

Major Olímpio apresentou emenda apenas para ajustar a redação da proposta.



Deputado Paulão, presidente da comissão, e Lasier Martins, relator

Comissão aprova MP que mantém servidores na Defensoria Pública

Foi aprovado ontem, em comissão mista, relatório de Lasier Martins (Podemos-RS) favorável à medida provisória que garantiu a permanência, na Defensoria Pública da União (DPU) de 819 servidores requisitados do Poder Executivo (MP 888/2019).

Com a aprovação do relatório, a comissão mista, presidida pelo deputado Paulão (PT-AL), encerra suas atividades. Como o relator acatou emenda redacional, a medida segue para votação nos Plenários da Câmara dos Deputados e do Senado, na forma de projeto de lei de conversão (PLV 23/2019).

Na prática, o texto garante o funcionamento de 43 unidades municipais da DPU que corriam o risco de fechamento caso os servidores — cerca

de dois terços da força de trabalho administrativa da instituição — tivessem que voltar aos órgãos de origem a partir de 27 de julho. A possibilidade de devolução compulsória dos funcionários está prevista na Lei 13.328, de 2016, que estabeleceu prazo máximo de três anos para a requisição.

O texto aprovado também determina que a DPU deverá reduzir o número de requisitados “em quantidade equivalente aos cargos efetivos que vierem a ser providos para o quadro permanente de pessoal de apoio” da entidade. Para Lasier, o Parlamento está “salvando uma atividade que presta serviços humanitários magníficos” às pessoas que não têm condição de pagar advogados.



O relator, Major Olímpio, e Arolde de Oliveira na reunião de ontem da CCJ

Vai a Plenário projeto que amplia punição a torcedores e torcidas organizadas

A Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) aprovou o projeto que permite a punição de torcedores ou torcidas organizadas violentas mesmo quando os atos forem praticados em datas e locais distintos dos eventos esportivos, mas motivados por eles. O PLC 12/2017 vai para o Plenário.

Pelo texto, será punido com afastamento dos locais dos

eventos esportivos por até cinco anos — e não mais três — a torcida organizada, o membro ou associado que promover invasão de treinos, confronto com torcedores e outros atos de agressão contra atletas e outros profissionais do esporte, mesmo em seus períodos de folga.

Desde 2010, o Estatuto do Torcedor (Lei 10.671, de 2003)

pune a torcida organizada que, em evento esportivo, promover tumulto; praticar ou incitar à violência; ou invadir local restrito aos competidores, árbitros, fiscais, dirigentes, organizadores ou jornalistas, mas os senadores consideraram que há situações ainda não abarcadas pela lei.

Para a relatora, Leila Barros (PSB-DF), o projeto não só am-

plia o prazo de impedimento imposto às torcidas organizadas e a dirigentes envolvidos em atos proibidos pelo estatuto, mas também aumenta a pena para delitos praticados fora do ambiente que sedia o evento desportivo. A senadora apresentou emenda apenas para ajustes de redação.

A proposta é do deputado Andre Moura (PSC-SE).



Senadora Leila Barros é a relatora do projeto na comissão

Paulo Paim repudia ataques à democracia nas redes sociais

Paulo Paim (PT-RS) afirmou ontem em Plenário que a sociedade está perplexa com as recentes declarações contrárias à democracia e à liberdade publicadas nas redes sociais. Para ele, a massificação desse tipo de mensagem pode conquistar a simpatia de parte da sociedade e gerar um questionamento sobre instituições essenciais à democracia, como o Congresso Nacional e o Poder Judiciário. Ele disse ser difícil entender a cabeça de quem diz que a democracia e a liberdade dificultam o desenvolvimento do país, especialmente quando a afirmação parte de quem foi eleito democraticamente.



Projeto de Contarato criminaliza porte de armas de brinquedo

Fabiano Contarato (Rede-ES) apresentou ontem em Plenário um projeto de lei que criminaliza o porte de armas de brinquedo.

Ele citou reportagem da imprensa do Espírito Santo mostrando que bandidos estão alugando armas de brinquedo para assaltos.

Fabiano Contarato lembrou que simulacros de armas têm venda proibida, mas armas de brinquedo, usadas por crianças, podem ser vendidas em lojas.

Segundo o senador, se alguém for flagrado no Brasil portando uma arma de brinquedo, nada acontece. Para ele, o projeto vai corrigir falhas na legislação que atualmente trata da questão.

Roraima é o estado mais violento do país, alerta Telmário

Telmário Mota (Pros-RR) comentou ontem em Plenário estudo do Portal G1, segundo o qual houve queda de 22% nos assassinatos no Brasil. Roraima, no entanto, ainda figura como o estado mais violento do país.

— Para a ONU, mais de 10 assassinatos por 100 mil habitantes já são valores alarmantes. Ora, Roraima está mais de seis vezes pior que o limite determinado. A grande maioria dos assassinatos ocorre em nossa capital, a florida cidade de Boa Vista. Enquanto um rio de dinheiro é gasto com paisagismo e flores, na periferia ocorre um verdadeiro banguê-banguê.



Humberto: manobra criminosa impediu Lula de ser ministro

Em discurso no Plenário ontem, Humberto Costa (PT-PE) mais uma vez pediu justiça e liberdade para o ex-presidente Lula. Para o senador, foram omitidas informações do STF para favorecer o ex-juiz e atual ministro da Justiça, Sergio Moro, e seus companheiros da Operação Lava Jato. Humberto acredita que houve uma armação para impedir a nomeação de Lula como ministro e desestabilizar o governo de Dilma Rousseff. Ele explicou que o grupo usou apenas uma gravação, entre 22 existentes.

— Só que as outras 21 conversas diziam exatamente o oposto. Eles ocultaram provas.



Lasier elogia atuação da Polícia Rodoviária Federal no RS

Lasier Martins (Podemos-RS) elogiou ontem em Plenário o trabalho da Polícia Rodoviária Federal (PRF) no Rio Grande do Sul. Para ele, a instituição tem protagonismo na área da segurança pública.

O senador afirmou que, somente nos últimos quatro anos, a PRF do seu estado apreendeu 38,5 toneladas de maconha e recuperou cerca de 1,5 mil carros que haviam sido roubados.

— O resultado disso está num trânsito mais seguro e em vitórias na luta contra criminosos. No dia 7 de setembro, por exemplo, os agentes apreenderam na BR-386 uma tonelada de maconha na carga de milho de um caminhão que vinha de Mato Grosso — disse.

Primeira votação da PEC da Previdência será dia 24

Já o segundo turno deve ocorrer entre 3 e 10 de outubro, disse o presidente do Senado, Davi Alcolumbre. Ontem, a presidente da CCJ, Simone Tebet, descartou a possibilidade de o texto voltar à Câmara



O PRESIDENTE DO Senado, Davi Alcolumbre, afirmou ontem que não há hipótese de votação em Plenário do texto principal da reforma da Previdência (PEC 6/2019) na próxima semana.

Davi explicou que os líderes definiram que a votação em primeiro turno será no dia 24, atendidos todos os prazos regimentais, e que a votação em segundo turno deverá ocorrer entre 3 e 10 de outubro.

— Nós não iremos, em hipótese alguma, alterar o calendário para adiantar ou atrasar o rito estabelecido — disse Davi.

A segunda sessão de discussão em Plenário da PEC principal e da PEC paralela (PEC 133/2019) foi realizada ontem. No total, são necessárias cinco sessões antes da votação em primeiro turno.

A presidente da Comissão de Constituição e Justiça (CCJ), Simone Tebet (MDB-MS), descartou o retorno da proposta para a Câmara dos Deputados. A senadora reforçou o entendimento do relator, Tasso Jereissati (PSDB-CE), de que as mudanças feitas no Senado não afetariam o mérito da PEC e reafirmou que as alterações podem ser incluídas na PEC paralela (PEC 133/2019) para evitar o atraso da votação do texto principal no Plenário.

— O texto principal não tem a menor possibilidade de voltar para a Câmara. O entendimento do relator e da maioria dos colegas senadores, aqueles que vão votar favoravelmente à proposta, é que qualquer coisa e qualquer emenda que dê conotação de

ser uma emenda de mérito, se houver dúvida nesse sentido, ela sai da principal e vai para o texto paralelo ou ela vai ser automaticamente suprimida ou pelo relator ou em Plenário pelos colegas senadores — disse Simone.

Polêmica

Mais cedo, a retirada de dispositivos da proposta enviada pela Câmara por meio de emendas supressivas foi questionada em notícias publicadas nos jornais, porque poderia representar mudanças de mérito, o que obrigaria a uma reavaliação pelos deputados.

Depois de reunião com Davi, Tasso afirmou que as supressões equivaleriam a emendas de redação.

— A conclusão a que está se chegando é que pode ficar no texto porque é emenda de redação, mas evidentemente precisa haver uma confirmação. Vamos falar com a senadora Simone Tebet para arredondar.



João de Araújo/Agência Senado

O relator, Rogério Carvalho, recomendou a aprovação da proposta

Desastre ambiental: empresa deverá pagar INSS de atingidos

Empresas responsáveis por desastres ambientais poderão ser obrigadas a assumir o pagamento das contribuições previdenciárias de falecidos ou impedidos de trabalhar em razão do acidente.

A compensação aos atingidos por desastres está prevista no Projeto de Lei (PL) 1.056/2019, aprovado ontem em decisão terminativa pela Comissão de Assuntos Sociais (CAS). O texto segue para análise da Câmara dos Deputados.

Autor do projeto, Paulo Paim (PT-RS) argumenta que as tragédias de Brumadinho e Mariana, em Minas Gerais, não afetaram apenas os funcionários ligados à Vale, empresa responsável por esses desastres ambientais, mas também um contingente expressivo de pessoas, que ficaram impedidas de manter sua renda e seus recolhimentos previdenciários.

Perda de benefícios

Em consequência, alguns trabalhadores acabam perdendo direito a benefícios e serviços do governo, como auxílio-acidente ou aposentadoria especial. É o caso

dos pescadores artesanais, dependentes das condições dos rios para sobreviver. Eles são classificados pelo Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) como segurados especiais e só têm direito a determinados benefícios se contribuírem mensalmente com a Previdência, mediante comprovação de sua atividade. Os seus dependentes também perdem a proteção social, porque só têm direito à pensão por morte se o recolhimento estiver em dia.

Responsabilização

O projeto altera o Plano de Custeio da Previdência Social (Lei 8.212, de 1991). O relator da proposta, senador Rogério Carvalho (PT-SE), recomendou sua aprovação.

“A responsabilidade das empresas que explorem atividades de risco deve ser ampla e cobrir todos os eventuais danos que a quebra de padrões de segurança e os perigos inerentes à atividade possam produzir. De outra forma, estaríamos repassando parte dos custos dessa exploração para toda a população e para o Estado”, ponderou Rogério no parecer.

Comissão debate amanhã reforma com associações e centrais sindicais

A Comissão de Direitos Humanos (CDH) promove amanhã mais uma audiência pública para discutir a nova Previdência (PEC 6/2019). Desta vez, o foco será “a Previdência que queremos”.

Foram convidados o vice-presidente de Estudos e Assuntos Tributários da Anfip, César Roxo; o secretário de Assuntos Jurídicos e Legislativos da CNTE, Gabriel Magno Pereira da Cruz, e o advogado Diego Cherulli.



Edilson Rodrigues/Agência Senado

Alessandro Vieira conversa com Tasso Jereissati, relator da PEC no Senado

Instaladas comissões mistas para três medidas provisórias

A comissão mista destinada a analisar a Medida Provisória 891/2019 foi instalada ontem no Congresso. O senador Sérgio Petecão (PSD-AC) foi eleito presidente da comissão. A relatoria ficou com o deputado Fernando Rodolfo (PL-PE).

A MP 891 determina que metade do 13º salário dos segurados e dependentes da Previdência Social será paga junto com os benefícios do mês de agosto todos os anos.

Também foram instaladas ontem as comissões mistas das MPs 892/2019 e 893/2019. A primeira será presidida pelo deputado Rogério Peninha Mendonça (MDB-SC) e terá como relatora a senadora Soraya

Thronicke (PSL-MS). A medida permite que empresas de sociedades anônimas abertas ou fechadas divulguem seus balanços e demais documentos de publicação obrigatória nos sites da Comissão de Valores Mobiliários (CVM), da própria empresa e da bolsa de valores onde são negociadas.

A segunda será presidida pelo senador José Serra (PSDB-SP) e relatada pelo deputado Reinhold Stephanes Junior (PSD-PR). A medida transforma o Conselho de Controle de Atividades Financeiras (Coaf) na Unidade de Inteligência Financeira (UIF), vinculada administrativamente ao Banco Central.

Trabalhador deve ser protegido, diz Zenaide Maia

A senadora Zenaide Maia (Pros-RN) criticou ontem os pontos da reforma da Previdência relativos ao trabalho de pessoas com deficiência e das que prestam serviço em locais insalubres e perigosos. Segundo ela, se houver o aumento do tempo mínimo de contribuição, como prevê a proposta, as pessoas nessas condições poderão morrer mais cedo. Para Zenaide, o governo e o Congresso Nacional não podem ver a reforma da Previdência apenas como um instrumento de ajuste das contas públicas, deixando de lado a proteção dos trabalhadores.



Waldemir Barreto/Agência Senado

Para Jayme Campos, reforma vai dar equilíbrio às contas

Jayme Campos (DEM-MT) afirmou ontem em Plenário que a aprovação da reforma da Previdência deverá proporcionar mais equilíbrio às contas públicas, pois o caixa do setor não suporta pagar mais do que arrecada. Segundo ele, 53% do orçamento do governo destinam-se ao pagamento de benefícios previdenciários.

Ao defender a reforma, o senador disse que o atual sistema previdenciário brasileiro é atípico: é caro, desigual e financeiramente insustentável. Portanto, a reforma deve gerar recursos que poderão ser investidos em áreas carentes.



Waldemir Barreto/Agência Senado

Veneziano critica desvinculação de orçamentos

Veneziano Vital do Rêgo (PSB-PB) criticou ontem a intenção do ministro da Economia, Paulo Guedes, de desindexar e desvincular o orçamento das três esferas do governo — União, estados e municípios. Para ele, “o governo federal está em marcha batida, num processo que visa à fragilização de toda a estrutura estatal”. O senador se declarou contrário aos planos de privatização de todas as estatais, assim como ao ajuste fiscal proposto, que, na sua opinião, recai exatamente sobre os que têm menos capacidade de suportar sacrifícios maiores.



Waldemir Barreto/Agência Senado

Debatedores avaliam riscos de fracionar gás de cozinha

Senadores manifestaram preocupação com a intenção da ANP de vender gás de cozinha fracionadamente. Para entidades do setor, a venda fracionada exige novo modelo de negócios, que não substitui o atual

A POSSIBILIDADE DE o consumidor encher parcialmente o botijão de gás num posto de revenda (fracionamento) dividiu opiniões na audiência que reuniu ontem profissionais do segmento de gás e energia na Comissão de Desenvolvimento Regional (CDR).

No fim de julho, o diretor-geral da Agência Nacional de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP), Décio Odoni, lançou a ideia de fracionar o botijão de gás de cozinha (GLP) e afirmou que estuda permitir o enchimento por diferentes marcas. Na audiência, o senador Jaques Wagner (PT-BA) questionou as vantagens para o consumidor e para a geração de empregos.

O representante da ANP, Pietro Mendes, disse que, com o aumento da produção

de petróleo, o preço do gás tende a cair. A agência trabalha em duas frentes: aumento da competição na distribuição e revenda e redução de impostos. O preço do GLP é composto pelas seguintes parcelas: o que a Petrobras cobra para produzir, o que é pago em impostos federais e estaduais, o preço da distribuição e a margem da revenda.

Novo modelo

O presidente da Associação Brasileira de Revendedores de Gás Liquefeito, Alexandre Borjaili, destacou que se trata de um novo modelo de negócios, não de substituição.

— Não estamos dizendo que vamos converter as revendas em envasadoras de GLP. Esse modelo não substitui o atual nem coloca em risco as reven-

das. Ele permite a compra por quilo ou por quantidade de reais, além de gerar empregos.

Presidente da Associação Brasileira das Entidades Representativas das Revendas de Gás, José Luiz Rocha disse que as distribuidoras reclamam do fracionamento, mas argumentou que não se está retirando delas o direito de ter postos de revenda.

— Se o negócio for viável e rentável, outros investidores vão entrar no mercado e consequentemente isso dará mais condição ao consumidor.

Para ele, não é necessária estrutura complexa para ter um posto de enchimento.

— Equipamentos modernos podem ser instalados em contêiners. Hoje não se faz isso não é por falta de segurança ou de tecnologia. A questão é que o mercado é concentrado em poucas distribuidoras. A questão é a barreira de entrada para outras empresas.

O senador Styvenson Valentim (Podemos-RN) criticou o fracionamento. Para ele, o cerne do debate é a segurança de um consumidor colocar um botijão no carro para encher num posto ou a dificuldade para lacrar o gás dentro do recipiente.



Senador Izalci Lucas (D) comanda audiência sobre venda fracionada de gás

Projeto dá direito a segurador de escolher oficina

A Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) aprovou ontem PLC 179/2017, que garante aos clientes das seguradoras de veículos o direito de livre escolha da oficina em caso de sinistros. A proposta segue para a Comissão de Transparência, Fiscalização e Controle (CTFC).

Com isso, terão a oportunidade de escolher a oficina que lhes for mais conveniente para efetuar o reparo dos danos ocorridos ao veículo, sem limitação quanto à lista de oficinas e profissionais

credenciados impostos pela seguradora, num estabelecimento que seja de sua confiança, ainda que não esteja cadastrado na seguradora.

— O projeto é muito simples, é assegurar o direito do consumidor que tiver veículo avariado num acidente de poder escolher livremente a oficina com a qual quer tratar — explicou o relator, senador Lasier Martins (Podemos-RS).

Emenda de Lasier estendeu o direito ao terceiro envolvido no acidente. O texto em análise na CCJ já previa a

cobertura, mas exigia que o veículo estivesse na garantia de fábrica. O senador eliminou essa imposição, para evitar que o cliente que acionou o seguro fosse obrigado a pagar custos extras no caso de o veículo do terceiro não ter garantia vigente.

O projeto prevê também que a escolha do cliente irá abranger qualquer tipo de oficina — mecânica, lanternagem, pintura, recuperação, limpeza de interior ou outras similares —, desde que legalmente constituída.

Avançam obrigações da União e dos estados com relação a idosos

A Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) aprovou ontem a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 81/2015, do senador Wellington Fagundes (PL-MT), que inclui a proteção ao idoso no rol de matérias de competência concorrente da União, de estados e do Distrito Federal. A competência concorrente permite que todos os entes federativos possam legislar

sobre determinado tema.

O relator, senador Lasier Martins (Podemos-RS), explicou a proposta, que agora segue para análise no Plenário.

— A PEC delimitará as atribuições de cada ente federativo no cumprimento do dever estatal, qual seja, o de amparar as pessoas idosas, assegurando sua participação na comunidade, defendendo sua dignidade e bem-estar.



Segundo o relator, Lasier (E), PEC delimitará atribuições de cada ente

Vai a Plenário projeto sobre advogados de acusação e defesa

O Estatuto da Advocacia e da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) pode passar a estabelecer normas sobre a posição a ser ocupada pelos advogados durante audiências de instrução e julgamento na Justiça. A Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) aprovou o PL 3.528/2019 com essa iniciativa. O texto determina que, durante as audiências de instrução e julgamento realizadas no Poder Judiciário, nos procedimentos de jurisdição contenciosa ou

voluntária, os advogados do autor e do requerido devam permanecer no mesmo plano topográfico e em posição equidistante em relação ao magistrado que as presidir.

O projeto é de autoria do deputado federal Carlos Bezerra (MDB-MT) e recebeu voto pela aprovação do senador Nelsinho Trad (PSD-MG).

O projeto segue agora para votação no Plenário. Se o texto aprovado pela Câmara dos Deputados se mantiver inalterado, será enviado, na sequência, à sanção.

Comissão sabatina indicados a embaixador na ONU e na Guiana

A Comissão de Relações Exteriores (CRE) vai sabatar hoje os diplomatas Ronaldo Costa Filho e Maria Clara Duclos Carisio, indicados para ocuparem, respectivamente, os cargos de representante permanente do Brasil nas Nações Unidas e de embaixa-

dora do Brasil na República Cooperativa da Guiana.

Na segunda parte da reunião a comissão realizará a leitura dos relatórios de indicação para embaixadas do Brasil na Colômbia, em Chipre, na Indonésia e na Croácia.

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Davi Alcolumbre
Primeiro-vice-presidente: Antonio Anastasia
Segundo-vice-presidente: Lasier Martins
Primeiro-secretário: Sérgio Petecão
Segundo-secretário: Eduardo Gomes
Terceiro-secretário: Flávio Bolsonaro
Quarto-secretário: Luis Carlos Heinze
Suplentes de secretário: Marcos do Val, Weverton, Jaques Wagner e Leila Barros

Secretário-geral da Mesa: Luiz Fernando Bandeira
Diretora-geral: Ilana Trombka

SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretora: Érica Ceolin
Coordenadora-geral: Ana Lucia Romero Novelli
Diretora de Jornalismo: Ester Monteiro

SECRETARIA AGÊNCIA E JORNAL DO SENADO

Diretor: Flávio Faria
Coordenador-geral: Silvío Burle
Coordenação de Cobertura: Paola Lima
Serviço de Reportagem: Sheyla Assunção
Serviço de Fotografia: Leonardo Sá
Serviço de Arte: Bruno Bazílio

Jornal do Senado

Editora-chefe: Fernanda Vidigal
Edição e revisão: Joseana Paganine, Juliana Steck, Maurício Müller e Pedro Pincer
Diagramação: Claudio Portella, Ronaldo Alves e Sandro Alex
Tratamento de imagem: Afonso Celso F. A. Oliveira e Roberto Suguino
Circulação e atendimento ao leitor: (61) 3303-3333

O noticiário do **Jornal do Senado** é elaborado pela equipe de jornalistas da Agência Senado, do **Jornal do Senado**, da Rádio Senado e da TV Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

Impresso em papel reciclado pela Secretaria de Editoração e Publicações (Segraf)

Governo fará esforço para mudar imagem do país

Secretaria de Publicidade apresentou campanha mundial de comunicação voltada a reverter a má imagem do Brasil no exterior devido às recentes queimadas na Amazônia

NA SEMANA QUE vem a Secretaria de Publicidade da Presidência da República iniciará uma campanha mundial de comunicação para buscar reverter a má imagem do Brasil no exterior, causada pelas queimadas na Amazônia. Os detalhes da estratégia foram apresentados pelo secretário de Publicidade do governo, Glen Valente, durante audiência ontem na Comissão de Agricultura (CRA).

— Será uma campanha permanente, sem data para acabar. Nossos *leads* serão meio ambiente e agronegócio. Mapeamos notícias negativas sobre o Brasil no mundo todo, inclusive em redes sociais, continuaremos a monitorar esse noticiário que não corresponde à realidade e vamos combatê-lo diretamente — declarou.

A estratégia, que se chama “Brazil by Brasil”, terá como foco a disseminação de informações nas redes sociais, mas também em veículos de TV e rádio. Valente mostrou alguns dos vídeos que serão disseminados para os EUA e países europeus, traduzidos



No debate, Alexandre Ghislani, Glen Valente, Soraya Thronicke, Castelo Branco, João Adrien e Rodrigo Justus

em diversos idiomas, e que também serão divulgados em nosso país.

As peças publicitárias destacam que o Brasil é o único país do mundo que tem um Código Florestal (Lei 12.651, de 2012) e que o agronegócio brasileiro alimenta 1,2 bilhão de pessoas no mundo todo, explorando apenas 7,8% do seu território.

O diretor de Promoção do Agronegócio no Itamaraty, Alexandre Ghislani, considera muito importante que diversos setores do governo estejam en-

gajados na estratégia unificada de comunicação internacional. Para ele, “o esforço veio para ficar”, pois a percepção mundial é de que o agronegócio brasileiro representa uma ameaça a produtores locais, o que fortalece a pauta protecionista de outros países.

A presidente da CRA, Soraya Thronicke (PSL-MS), considerou primordial que o governo priorize a propaganda internacional, pois boicotes já vêm sendo feitos contra produtos brasileiros.

— Estudos da Nasa provam que preservamos 66% de nosso território, usando só 7,6% na produção. Enquanto isso, países da União Europeia usam até 65% do seu território, a Índia usa 60,5%, os EUA usam 18,3% e a China, 17,7% — argumentou.

O secretário de Relações Internacionais do Ministério do Meio Ambiente (MMA), Roberto Castelo Branco, revelou que dados recentes do IPCC (órgão da ONU que reúne cientistas especializados em meio ambiente) comprovaram que o

desmatamento caiu no Brasil. — O relatório não teve muita divulgação nos meios de comunicação daqui e de fora porque frustrou certos grupos.

Regularização

Castelo Branco disse que o Brasil cumprirá todas as metas estabelecidas no Acordo de Paris, e que as negociações para que o país ingresse na Organização de Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) passam pela assinatura de mais de 80 protocolos ambientais.

Chefe da Assessoria de Assuntos Socioambientais do Ministério da Agricultura, João Adrien disse que o aumento recente nas queimadas está ligado a ações ilegais que devem ser combatidas pelo governo com medidas como a regularização fundiária.

— O setor agropecuário brasileiro é a solução para a sustentabilidade. Somos os únicos no mundo cuja tecnologia, ao se tornar mais intensiva, torna-se mais sustentável. O acordo de Paris é baseado na nossa agricultura tropical — afirmou.

Colegiado ouvirá o Executivo sobre queimadas na Amazônia

A Comissão de Meio Ambiente (CMA) aprovou ontem requerimentos para que representantes de órgãos do governo sejam ouvidos sobre denúncias de grilagem, desmatamento e queimadas e sobre a regularização fundiária e os mecanismos de fiscalização na Amazônia.

— É preciso compreender os interesses econômicos que existem por trás desse avanço do desmatamento e das queimadas no Brasil — disse Alessandro Vieira (Cidadania-SE), autor dos requerimentos.

A CMA convidará o presidente do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio), Homero de Gorge Cerqueira; o presidente do Ibama, Eduardo Fortunato Bim; o secretário de Assuntos Fundiários

do Ministério da Agricultura, Luiz Antônio Nabhan Garcia; e a procuradora da República Ana Carolina Haliuc Bragança, coordenadora da força tarefa sobre a Amazônia no Ministério Público Federal.

Otto Alencar (PSD-BA) afirmou que há omissão e falta de fiscalização.

— A Floresta Amazônica é muito úmida e, para haver um incêndio como o que houve, o que aconteceu foi que, desde que o presidente Bolsonaro assumiu, ele começou a tirar as pessoas que faziam essa fiscalização — criticou.

Também foram aprovadas audiências sobre estratégias e boas práticas de gestão e governança em unidades de conservação federais, e sobre o PLS 168/2018, que regulamenta o licenciamento ambiental.



Edilázio Júnior e o senador Zequinha Marinho, presidente da comissão

Comissão sobre o clima aprova plano de trabalho de 2019

A Comissão Mista de Mudanças Climáticas (CMCC) aprovou ontem o plano de trabalho para 2019. A pedido dos senadores, o cronograma do relator, deputado Edilázio Júnior (PSD-MA), será reapresentado na próxima reunião, com novas sugestões.

O plano de trabalho inclui 12 audiências, visitas a áreas da Floresta Amazônica afetadas por queimadas e reunião com o Parlamento Amazônico. Também prevê participação na Conferência do Clima (COP-25), no Chile, e na Cúpula da Ação Climática da ONU, em Nova York.

Nas audiências serão debatidos temas como os dados climáticos brasileiros, o cumprimento da Política Nacional de Mudança Climática e do Acordo de Paris. O inventário nacional de emissões de gases

de efeito estufa, o monitoramento dos desmatamentos e queimadas e novos modelos de desenvolvimento para a Amazônia também serão discutidos.

O presidente da comissão mista, Zequinha Marinho (PSC-PA), afirmou que o governo deve se unir aos moradores da Amazônia para implementar a regularização fundiária, que ajudará no combate às queimadas e no controle das mudanças climáticas.

— Temos que encarar e discutir isso como gente grande, pensando que o ser humano deve ser o centro dessas coisas todas, para que a gente possa ter a parceria de quem vive lá na preservação do meio ambiente. O governo precisa demonstrar algum esforço.

Avança reúso da água no Estatuto das Cidades

A Comissão de Meio Ambiente (CMA) aprovou ontem projeto de lei que incentiva o reúso da água em municípios de regiões com baixo índice de chuvas. O PL 724/2019 segue para a Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo (CDR).

O texto é um substitutivo de Marcelo Castro (MDB-PI) ao projeto de Veneziano Vital do Rêgo (PSB-PB), que determina aos municípios a inserção em seus planos diretores de diretrizes para racionalização do uso e economia de água, bem como que a água de reúso seja utilizada em indústrias e prédios comerciais.

O texto original estabelece níveis mínimos de água de reúso como condição para a obtenção de alvará de funcionamento.

O relator, no entanto, argumentou que a União não pode legislar sobre normas específicas de direito urbano e ambiental. Como alternativa, modificou a proposta para incluir no Estatuto da Cidade (Lei nº 10.257, de 2001) as regras propostas.



Fabiano Contarato preside reunião da Comissão de Meio Ambiente

Jane de Araújo/Agência Senado



Senadores Marcelo Castro, Maria do Carmo Alves e Flávio Arns durante reunião da Comissão de Assuntos Sociais

SUS poderá ter que divulgar repasses para rede privada

Projeto aprovado na Comissão de Assuntos Sociais segue para análise da Câmara dos Deputados. Foi acatada também proposta para que agentes de saúde possam fazer cursos com mais frequência

O SISTEMA ÚNICO de Saúde (SUS) poderá ser obrigado a divulgar anualmente os parâmetros de cobertura adotados em contratos e convênios e os valores pagos pelos serviços prestados por unidades privadas de saúde. A medida está prevista em projeto aprovado ontem em decisão terminativa pela Comissão de Assuntos Sociais (CAS). O PLS 412/2018 segue para análise da Câmara dos Deputados.

A Lei 8.080, de 1990, já determina ao SUS a fixação de critérios e valores de remuneração e parâmetros de cobertura, que devem ser submetidos à aprovação do Conselho Nacional de Saúde (CNS). No entanto, não está explícita a obrigatoriedade de divulgação, nem qualquer prazo para o cumprimento.

O PLS 412/2018, do ex-senador Airton Sandoval, recebeu apoio do relator na CAS, Otto Alencar (PSD-BA).

“Ainda que a imposição da medida não tenha o poder de

garantir o efeito desejado — acabar com a defasagem da remuneração praticada pelo SUS —, ela irá aumentar a transparência sobre os critérios e parâmetros que definem essa remuneração, além de fomentar a discussão, na sociedade, sobre a priorização e a relevância que os gestores, nas três esferas, atribuem às ações e aos serviços de saúde”, avalia o relator.

Otto Alencar também considera que a medida será útil para possibilitar análises comparativas com os preços e reajustes praticados no sistema privado de saúde.

Agentes de saúde

A CAS aprovou também em decisão final o projeto que flexibiliza a periodicidade para participação dos agentes comunitários de saúde e de combate às endemias em cursos de aperfeiçoamento. O prazo atual, de no mínimo dois anos, passa a ser menor.

A intenção do autor do PL 2.013/2019, senador Weverton (PDT-MA), é abarcar a necessidade de atualização profissional imposta por situações de urgência, como uma epidemia, por exemplo.

O projeto recebeu voto favorável, com três emendas de redação do relator, senador Marcelo Castro (MDB-PI).

Para o relator, a proposta dá maior autonomia à administração pública para decidir sobre os processos de capacitação na área de saúde, de acordo com as particularidades locais.

Marcelo Castro reitera que é preciso conferir flexibilidade à atuação dos gestores, para que possam promover esses cursos de capacitação com periodicidade menor que dois anos — que é o prazo estabelecido pela Lei 11.350, de 2006, que regulamenta as atividades das categorias —, conforme as necessidades concretas de seus profissionais e dos sistemas de saúde.

Entidades pedem carreira médica de Estado em debate

Defesa da criação da carreira médica de Estado e opiniões divididas sobre a Agência para o Desenvolvimento da Atenção Primária à Saúde (Adaps) marcaram debate ontem na comissão mista que analisa a Medida Provisória dos Médicos pelo Brasil (MP 890/2019), programa criado em substituição ao Mais Médicos.

As maiores críticas à agência, que será responsável pela contratação dos médicos no novo programa do governo, vieram do presidente da Associação Brasileira de Saúde Coletiva (Abrasco), Heleno Corrêa, que associou a “agencialização” da administração pública a uma ameaça aos direitos sociais conquistados na Constituição de 1988. Ele condenou as ações do governo federal que promovem o esvaziamento dos conselhos sociais, transferindo suas atribuições

para agências onde “o usuário não tem vez”. O presidente da Associação Médica Brasileira (AMB), Lincoln Lopes Ferreira, lembrou que a carreira médica de Estado é uma importante aspiração da categoria, mas ressaltou que, sem equipamentos e condições de trabalho, o profissional não passará de um “espectador angustiado”. Ele defendeu o atendimento de saúde como política “de Estado e não de governo” e criticou os aspectos políticos que invadem continuamente questões técnicas na ciência médica.

Defesa

O diretor da Secretaria de Atenção Primária à Saúde do Ministério da Saúde, Lucas Wollmann, defendeu a Adaps. Ele ressaltou que o Médicos pelo Brasil terá a mesma dotação orçamentária do Mais

Médicos e que a agência consumirá 0,3 % destes recursos — parcela inferior à taxa de administração de qualquer organização, conforme declarou.

Wollmann disse que o programa oferece perspectivas aos médicos, que terão progressão de carreira clara e salário atrativo, com possibilidade de adicionais de desempenho. Ele acrescentou que o Médicos pelo Brasil favorece o melhor uso do dinheiro público quando aumenta a possibilidade de os municípios fixarem os profissionais.

Ele também declarou apoio à realização, duas vezes por ano, do Exame Nacional de Revalidação de Diplomas Médicos Expedidos por Instituições de Educação Superior Estrangeira (Revalida). E defendeu a regra do Médicos pelo Brasil de só aceitar profissionais com diplomas revalidados.

Diretor da ANP defende ajustar política energética à Petrobras

O novo posicionamento da Petrobras, que deixa de investir em determinados ativos para concentrar suas atividades no pré-sal, gera maior responsabilidade às agências reguladoras e órgãos ligados à política energética. A avaliação é do diretor-geral da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP), Décio Fabricio Oddone da Costa. Para ele, o país passa atualmente por uma das maiores transformações no setor de exploração e produção de petróleo. O diretor falou à Comissão de Serviços de Infraestrutura (CI) ontem.

— A Petrobras deixou de fazer projeto de gás natural e os investimentos em refinarias foram paralisados. Se ela não investe em determinados setores da cadeia de petróleo e gás, e tem liberdade para aumentar preços, isso aumenta a responsabilidade dos órgãos reguladores — afirmou.

Oddone ressaltou que a adoção de políticas no âmbito regulatório permitiu ao setor energético uma retomada de desenvolvimento a partir das rodadas de licitação. Segundo ele, o Brasil tem hoje três ambientes para exploração de petróleo: o pré-sal, com

100 poços, a bacia de Campos (RJ), com 550 poços produzindo dois mil barris por dia, e um conjunto de mais de seis mil poços produzindo em terra na região Nordeste. O diretor da ANP apontou que, de 2017 a 2018, foram realizados 100 leilões de exploração de gás e petróleo em 82 países.

— Os 72 blocos contratados no Brasil responderam por 75% dos bônus de assinatura pagos no mundo. Estimamos que o conjunto de rodadas feitas de 2017 até 2019 vai atrair investimentos de R\$ 1,7 trilhão até 2030, com arrecadação superior a R\$ 5 trilhões ao longo de 30 anos. O Brasil produz 2,7 milhões de barris por dia, que poderão chegar a mais de sete milhões em 2030, o que poderá tornar o país um dos maiores exploradores de petróleo do mundo. Mas os recursos do petróleo são finitos e voláteis. O país deve se preparar para aproveitar esse recurso, enquanto ele tem valor, para ajudar a tirar milhões de brasileiros da miséria — afirmou.

Na avaliação de Oddone, a redução do preço dos combustíveis só virá com maior competitividade em toda a cadeia do petróleo.



Costa e o presidente da CI, Marcos Rogério, em debate sobre energia

Kátia Abreu defende adoção de crianças com mais de 3 anos de idade

Kátia Abreu (PDT-TO) defendeu ontem em Plenário a adoção de crianças com mais de 3 anos.

Segundo a senadora, das 46 mil famílias no cadastro de adoção, 83% desejam crianças menores de 6 anos. Por outro lado, das 9,6 mil crianças e adolescentes em abrigos, 68% têm mais de 6 anos.

— A cultura diz, na cabeça das pessoas, que a criança mais velha vai dar trabalho, [...] que é uma criança que você não vai moldar. Mas nós precisamos mudar [...], porque quem é que garante que um filho biológico vai se moldar à sua vontade?



Waldemir Barreto/Agência Senado

Jorge Kajuru elogia proposta que torna o Fundeb permanente

Jorge Kajuru (Patriota-GO) elogiou a PEC 33/2019, que torna permanente o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica (Fundeb). Para o senador, o Brasil precisa aprimorar as políticas e processos educacionais para atingir uma melhor qualificação nas avaliações internacionais.

— É preciso garantir, pelo menos, os recursos atuais do fundo. A lei que dá sustentação ao Fundeb vence no final do próximo ano. Se não for renovada, o montante a ser aplicado dependerá apenas dos estados e municípios, causando retrocesso.



Waldemir Barreto/Agência Senado